

A NOVA ESQUERDA SOCIALISTA*

Por Francisco Farias**

A nova esquerda socialista teve sua origem numa dissidência do Partido Comunista da Grã-Bretanha, em 1956, quando o líder soviético Nikita Krushev fez o seu relatório denunciando alguns dos atos de seu antecessor Josef Stálin. Decepcionados com o Estado soviético, até então a principal liderança e referência da esquerda socialista mundial, e que no mesmo ano de 1956 promoveria a intervenção na Hungria, o grupo dissidente procurou desenvolver uma política revisada do leninismo, como uma alternativa à orientação defendida pelos soviéticos. Daí, essa nova tendência política se espalhou para outros países como a França, os Estados Unidos, a Alemanha (SOUSA, 2009).

O movimento de renovação da esquerda socialista teve impulso a partir do final da década de 1960 e contou com a inspiração de intelectuais como André Gorz e Louis Althusser, na França; Perry Anderson, na Inglaterra; e Herbert Marcuse, nos EUA. Uma das principais ideias dessa esquerda anticapitalista é que a estratégia do movimento operário não pode ser reduzida às reivindicações de natureza material (salários etc.), mas deve incorporar as demandas de realização cultural. Segundo Gorz (1968, p. 18), “as necessidades, em uma sociedade desenvolvida, não são apenas quantitativas (necessidades dos bens consumíveis), mas também qualitativas: necessidades de um desenvolvimento livre e multilateral das faculdades humanas.” Nos movimentos de maio de 1968, “nas universidades como nas fábricas, para além das reivindicações tradicionais sobre os salários, é bem o domínio social da informação e da decisão que está em jogo” (LOJKINE, 2005, p. 21).

Houve também uma ruptura com a visão leninista de que a dominação de classe se baseia na repressão do Estado. Passou-se a considerar que os efeitos ideológicos estruturais (contrato de trabalho, povo-nação) constituem fatores mais persistentes de reprodução do domínio e exploração de classe (POULANTZAS, 1972).

Quais as condições estruturais do padrão de política classista no capitalismo? Como explicar as características programáticas da nova esquerda socialista? Essas questões introduzem a distinção

entre os condicionantes estruturais e os conjunturais na análise da política socialista. No período do pós-guerra, a principal mudança histórica se caracteriza pela sucessão do capitalismo financeiro- “keynesiano” ao financeiro- “neoliberal”, em cujo seio deslancha a “revolução informacional”. Trata-se de novos ordenamentos sociais cuja análise, porém, não põe em jogo a transformação das estruturas da política classista (DUMÉNIL; VAKALOULIS; LOJKINE, 2009).

Artous (2003) reafirma um dos elementos decisivos da análise de Marx da grande indústria moderna, que consiste em pôr em causa o “processo de trabalho individual” (caráter artesanal) em proveito da emergência do “trabalhador coletivo” (apoiado na divisão do trabalho). A coletivização do processo de trabalho leva o produtor direto à dupla condição de trabalhador simultaneamente interdependente (tarefas encadeadas) e independente (atividades executadas isoladamente, dentro dos limites impostos pela interdependência dos trabalhos, sem que os produtores tenham de organizar previamente sua cooperação). O autor sublinha a tendência do proletariado à ação coletiva relacionada à socialização do processo de trabalho.

Friedmann (1983) indaga em que condições a interdependência técnica dos trabalhadores na empresa moderna será suscetível de criar sentimentos de reciprocidade moral. Para ele, é possível se constatar casos diversos. A interdependência técnica não suscitaria necessariamente a solidariedade moral e que outros fatores (os políticos e culturais) intervêm aqui.

Para Schwartz (2006, p. 159-160), no último período do capitalismo, houve um declínio da mobilização classista, expresso no conflito de gerações: “os jovens encontram-se mais motivados para se identificar na música, na prática de um esporte, nos lazeres, nos modelos culturais, do que no trabalho. Muitos jovens operários se definem, sem dúvida, mais como jovens do que como operários”. Além disso, aconteceu uma recentragem da questão social para os temas dos “excluídos”, os “periféricos”, o racismo. Isso foi acompanhado da ideia de que a questão de classe

não era o mais importante. A partir do momento em que existe um contexto de “exclusão” e “precariedade”, a situação do “trabalhador assalariado”, mesmo explorado, aparece como privilegiada. “E tudo se passa como se a reorientação da esquerda em direção a um novo tipo de questão social fosse acompanhada por uma perda de sensibilidade das questões da condição operária e do mundo do trabalho.”

A ideia da ambivalência da revolução informacional - em que, por um lado, um contingente de trabalhadores passa a ter uma atividade mais qualificada, diminuindo a distância entre o trabalho “manual” e o “intelectual”, mas, por outro lado, as decisões econômicas continuam uma prerrogativa do proprietário da empresa e de seus administradores, apesar da introdução de mecanismos de cogestão, como as comissões de empresa - permite a Lojkine (2005) tirar duas consequências opostas. De um lado, a inovação técnica contribui para o declínio da antiga identidade de classe, centrada no trabalhador-ferramenteiro. De outro lado, ela possibilita novas solidariedades classistas, geradas pela tendência do trabalhador qualificado a contestar o despotismo dos supervisores da empresa, procurando valorizar o seu saber-fazer.

Cerroni (1982, p. 47-51) observa que “o crescente ‘congelamento’ de técnica, ciência e cultura em instrumentos de trabalho e em sistemas produtivos exige o crescimento e a difusão de serviços para responder à crescente demanda de instrução, informação e cultura”. Nesse quadro, “a política se intelectualiza, a cultura se politiza.”

A nossa hipótese é que a política de esquerda no capitalismo atual exige uma renovação da agenda das políticas sociais, no sentido de levar em conta os critérios não apenas quantitativos, mas também qualitativos. Por exemplo, na política educacional não se trata tão somente de ampliar a escolarização, mas de propiciar uma nova formação de caráter polivalente.

Em síntese, a socialização no processo de trabalho capitalístico é uma base estrutural da política classista da classe dominada. O programa da nova esquerda socialista – cujos eixos principais são incorporar as demandas de realização cultural (o desenvolvimento multilateral das faculdades humanas), enfatizar as questões de gestão (controle das informações e decisões), valorizar a participação de base (no sindicato, nos movimentos sociais e no partido político) e afirmar o horizonte da sociedade socialista – representaria, no contexto do capitalismo informacional, uma nova forma de classismo ●

Referências

- ARTOUS, A. *Travail et émancipation sociale: Marx et le travail*. Paris: Syllepse, 2003.
- CERRONI, U. *Teoria do partido político*. São Paulo: LECH, 1982.
- DUMÉNIL, G.; VAKALOULIS, M.; LOJKINE, J. *Um novo salariado?* Debate em torno do livro de Jean Lojkine. *Crítica Marxista*, Campinas, n. 28, p. 127-142, 2009.
- FRIEDMANN, G. *O trabalho em migalhas*. São Paulo: Perspectiva, 1983.
- GORZ, A. *Estratégia operária e neocapitalismo*. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.
- LOJKINE, J. *L'adieu à la classe moyenne*. Paris: La Dispute/SNEDIT, 2005.
- POULANTZAS, N. *Pouvoir politique et classes sociales*. Paris: Maspero, 1972.
- SCHWARTZ, O. O que aconteceu com a classe operária? *Crítica Marxista*, n. 23, 2006.
- SOUSA, R. F. de. *A nova esquerda americana*. Rio de Janeiro: FGV, 2009.

*** Comunicação apresentada no I Simpósio Nacional de Estudos e Pesquisas sobre Estado, Sociedade e Políticas Públicas – I Sinespp: Desigualdades e Políticas Públicas no Capitalismo Contemporâneo. UFPI, Teresina, 2010.**

****Doutor em Ciência Política/Unicamp e professor do Departamento de Ciências Sociais/UFPI. (Email: farias@ufpi.edu.br)**